

EDUCAÇÃO, SURDEZ E INCLUSÃO SOCIAL

Os estudos em educação apontam para a necessidade de se expandir o investimento em pesquisas cujas temáticas evidenciem as inúmeras implicações das experiências educativas articuladas às práticas sociais mais amplas, tais como as que estão envolvidas nas relações de trabalho, nos movimentos sociais e nos usos de ferramentas tecnológicas. Esse deslocamento de um enfoque *strictu* para uma agenda investigativa plural alarga a compreensão do acontecimento educativo, direcionando os estudos aos aspectos apresentados pela complexidade contemporânea.

Entre os desafios colocados, destacam-se aqueles referentes à inclusão dos sujeitos socialmente marginalizados, em que a educação é uma da área chamada a atuar. Emergem, nesse escopo temático, aspectos relativos à questão do sujeito surdo e suas múltiplas e idiossincráticas formas de inserção e participação na sociedade ouvinte-majoritária.

O debate entre surdez e inclusão social de surdos é, contraditoriamente, profícuo e perturbador, já que a tendência hegemônica situa a surdez a partir da exclusão, ou melhor, de um não-estar na sociedade. Nesses termos, não é difícil observar o surdo, cotidianamente em práticas terapêuticas e escolares, sendo trabalhado, estudado, atendido por um *a priori* marginal; como se ele estivesse alheio, por não escutar, aos diferentes movimentos sociais que o cercam. Daniele Silva, no artigo que abre o presente Caderno, evidencia, por meio da análise das brincadeiras infantis e contrariando a idéia explicitada acima, que, desde muito cedo, as crianças surdas dialogam com o universo ouvinte e deflagram seus desejos e suas necessidades de pertencimento à sociedade majoritária, demonstrando participar produtivamente, através de suas construções lúdicas, das práticas culturais que as circulam no mundo predominantemente regado por ouvintes.

Sabe-se, portanto, que a problemática central da surdez diz respeito às peculiaridades de sua condição lingüística, que marcam a sua inserção comunitária e social. No confronto dessa discussão, surgem diferentes posições ideológicas sobre o papel da língua e da linguagem do surdo diante da sociedade e dos diversos modos de nela se inserir e participar. A língua de sinais da comunidade surda se apresenta, então, como um divisor de águas do debate, pois cada campo ideológico assume ou nega essa língua como constitutiva (ou não) do sujeito surdo.

Tem-se aqui problematizado que o maior entrave para o sucesso da inserção plural e efetiva do surdo nas dinâmicas culturais está relacionado à dificuldade das instituições (em geral) aceitarem e entenderem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a *língua* do surdo. A escola não escapa a esse problema e tem enfrentado uma série de obstáculos no atendimento ao aluno surdo, nos diferentes níveis de ensino, culminando em rendimentos e aproveitamentos insatisfatórios de professores, demais profissionais (intérprete) e estudantes que participam direta e/ou indiretamente do processo de ensino e aprendizagem.

Os trabalhos apresentados por Ronice Quadros e Cristina Lacerda, nessa organização, demonstram em focos distintos de tratamento investigativo a complexidade que envolve o tema da educação e do bilingüismo. Quadros apresenta os desafios impostos à implementação de uma política pública educacional bilíngüe, valendo-se da experiência da qual participa em Santa Catarina. Lacerda, por sua vez, revela, a partir de entrevistas realizadas com alunos surdos, alunos ouvintes, professores e intérpretes, o cotidiano de uma sala de aula, deflagrando as dificuldades que se interpõem aos protagonistas do cenário educacional e que se tornam, portanto, impeditivas de um eficiente trabalho escolar para o surdo.

Pode-se concluir, pelas análises de Ana Claudia Lodi, que os desdobramentos das práticas escolares são sentidos pelo surdo em toda a sua vida, perpassando os diferentes espaços sociais que ocupa. Na experiência com esses múltiplos lugares sociais, a questão do letramento torna-se um elemento constitutivo das possibilidades de relação e de trocas efetivas *com e na* sociedade mais ampla, como também poderá ser visto no texto de Renata Peixoto.

Nesse sentido, revertendo um quadro investigativo tradicional, em que os sujeitos portadores de deficiência eram falados e defendidos

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda & Daniele Nunes Henrique Silva

nas pesquisas, as propostas de vanguarda estão preocupadas em dar voz a esse sujeito, possibilitando que ele fale por si. Por isso, é imperioso *ouvir* o que o surdo tem a dizer sobre as suas experiências sociais e escolares, como está apontado por Carla Marin e Maria Cecília Rafael de Góes, e, nesse caminho, perseguir a sugestão de Rossana Arcoverde direcionada para a atenção aos novos modos de interação surdo-ouvinte, focalizando as trocas discursivas emergentes em contextos digitais; espaço característico, por sua evidência, de uma sociedade que se torna cada vez mais plurilingüística.

CRISTINA BROGLIA FEITOSA DE LACERDA

DANIELE NUNES HENRIQUE SILVA

(Organizadoras)